

Eleições de 1994 para governador no estado do Paraná*

Cláudia Siqueira Baltar¹ e Ronaldo Baltar²

RESUMO

As eleições para governador do Paraná, em 1994, representaram um marco na história política estadual, refletindo as complexas transformações que ocorriam tanto no Brasil quanto no cenário internacional da década de 1990. O país enfrentava um período de intensa instabilidade econômica, após uma década de hiperinflação e inúmeras tentativas fracassadas de estabilização. Nesse contexto, o Plano Real foi lançado como resposta para conter a crise econômica, e seu impacto foi decisivo nas eleições presidenciais de 1994, influenciando também as disputas estaduais. No Paraná, o Plano Real tornou-se um tema central nas campanhas dos principais candidatos ao governo: Jaime Lerner e Álvaro Dias. Com a vitória de Lerner e sua vice Emília Belinati, a eleição de 1994 marcou uma mudança na dinâmica política do estado, inaugurando um novo ciclo de reconfiguração das alianças e dos projetos locais. Este texto busca analisar como esse pleito consolidou uma nova fase para o Paraná, redefinindo as bases da política estadual e orientando o cenário político dos anos seguintes.

Palavras-chave: Eleições de 1994; Governador de estado; Paraná; Plano Real; Alianças eleitorais

* Bases documentais e de dados consultadas: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), IPEADATA e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

¹ Doutora em Demografia pela UNICAMP, docente do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), coordenadora e pesquisadora do Populações e Dinâmica Social. Endereço: <https://populacoes.info/>.

² Doutor em Sociologia pela USP, docente do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), coordenador e pesquisador do Populações e Dinâmica Social. Endereço: <https://populacoes.info/>.

Agradecemos ao servidor do IPARDES, Julio Cesar de Ramos, pela produção cartográfica e pelo georreferenciamento dos dados utilizados neste artigo

ABSTRACT

The 1994 gubernatorial elections in Paraná represented a milestone in the state's political history, reflecting the complex transformations taking place both in Brazil and on the international stage during the 1990s. The country was undergoing a period of intense economic instability after a decade of hyperinflation and numerous failed attempts at stabilization. In this context, the Real Plan was launched as a response to contain the economic crisis, and its impact was decisive in the 1994 presidential elections, also influencing the state-level races. In Paraná, the Real Plan became a central theme in the campaigns of the main gubernatorial candidates: Jaime Lerner and Álvaro Dias. With the victory of Lerner and his running mate Emília Belinati, the 1994 election marked a shift in the state's political dynamics, ushering in a new cycle of reconfiguration of alliances and local projects. This text seeks to analyze how this election consolidated a new phase for Paraná, redefining the foundations of state politics and shaping the political landscape in the years that followed.

Keywords: 1994 Elections; State governor; Paraná; Real Plan; Electoral alliances.

Introdução

As eleições para o governo estadual no Paraná, em 1994, representam um marco relevante na história política do estado, evidenciando as complexas transformações que caracterizaram tanto o cenário brasileiro quanto o contexto internacional, na década de 1990. Esse período foi marcado pelo término da Guerra Fria e pelo fortalecimento do fenômeno da globalização, que moldou o panorama geopolítico e econômico mundial. A queda do Muro de Berlim, em 1989, e o subsequente colapso da União Soviética, em 1991, serviram como catalisadores para um novo discurso de modernização produtiva, impulsionado pela integração dos mercados globais e pela crescente abertura comercial.

No âmbito nacional, o Brasil, à época, emergia de um período de extrema instabilidade econômica, marcado por uma década de hiperinflação e repetidas tentativas fracassadas de estabilização. Durante as presidências de José Sarney e Fernando Collor, planos econômicos como o Plano Cruzado e o Plano Collor, não conseguiram conter de forma eficaz a espiral inflacionária que corroía o poder de compra da população. Foi nesse contexto que o Plano

Real surgiu como uma resposta para enfrentar a instabilidade econômica crônica do país.

Formalmente anunciado em fevereiro de 1994, o Plano Real foi implementado a partir de 1º de julho daquele ano, sob o governo do então presidente Itamar Franco. A implementação do plano foi conduzida de maneira centralizada pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que assumiu a liderança pública do projeto, posicionando-se perante à imprensa como o arquiteto principal de uma nova estratégia para combater a hiperinflação no Brasil. O Plano Real, com sua fase inicial de transição por meio da Unidade Real de Valor (URV) e posterior introdução da nova moeda, o Real (R\$), representou um divisor de águas na economia brasileira, estabilizando a economia e promovendo uma redução da inflação.

O impacto desse programa econômico foi notavelmente sentido nas eleições presidenciais realizadas em 3 de outubro de 1994, apenas três meses após a entrada em vigor do Plano Real. Fernando Henrique Cardoso, então candidato à presidência pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), conquistou uma vitória expressiva no primeiro turno, derrotando o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva. Lula, que havia se posicionado de forma crítica em relação ao Plano Real, defendia que o plano beneficiaria apenas as elites financeiras, enquanto Fernando Henrique capitalizou o sucesso inicial da estabilização econômica, conquistando o eleitorado com a promessa de continuidade.

Entretanto, no cenário estadual do Paraná, o resultado das eleições para governador, embora afetado pelo ambiente de otimismo cauteloso proporcionado pela estabilização econômica nacional, foi também fortemente influenciado por questões e dinâmicas políticas locais. Tanto Jaime Lerner, quanto Álvaro Dias, dois dos principais candidatos ao governo, buscaram vincular suas campanhas ao sucesso do Plano Real, alinhando-se ao discurso nacional promovido por Fernando Henrique Cardoso. Ambos - mesmo Jaime Lerner sendo candidato pelo PDT, partido que, nacionalmente, se opunha ao plano econômico de estabilização - ocuparam espaço, em momentos alternados, no palanque do candidato presidencial do PSDB, defendendo o plano como uma solução para os problemas econômicos do estado e do país. Coube a Jorge Samek,

candidato ao governo pelo PT, manter uma postura crítica, ecoando o discurso de seu partido contra o Plano Real, argumentando que ele não resolveria as desigualdades sociais e poderia prejudicar as camadas mais vulneráveis da população.

As campanhas dos candidatos ao governo do Paraná, assim como em outras partes do Brasil, foram moldadas pela necessidade de apresentar propostas que dialogassem tanto com as questões econômicas nacionais quanto com os desafios específicos do estado. Além disso, a crescente influência dos meios de comunicação, especialmente da televisão, desempenhou um papel crucial nesse processo. Em 1994, as campanhas televisivas e os debates entre os candidatos reforçaram a importância demonstrada desde as eleições anteriores, embora a articulação política corpo a corpo e as visitas aos municípios paranaenses ainda continuassem sendo estratégias essenciais para conquistar o eleitorado.

Outro fator determinante na disputa eleitoral de 1994 no Paraná foi a formação de alianças políticas e coligações partidárias. Essas coligações não apenas ampliaram a base de apoio dos candidatos, mas também desempenharam um papel fundamental na mobilização dos diferentes segmentos do eleitorado, especialmente em um período de transição econômica. A complexa teia de alianças refletia as tentativas dos partidos de equilibrar a necessidade de inovação com a urgência de garantir apoio político frente às mudanças que se apresentavam com a entrada em vigor do Plano Real.

O ambiente eleitoral de 1994, portanto, foi moldado por uma combinação de fatores locais, nacionais e internacionais. A estabilização econômica proporcionada pelo Plano Real criou uma atmosfera relativa de otimismo, ao mesmo tempo em que o Paraná enfrenta seus próprios desafios. Nesse cenário, os candidatos ao governo estadual precisaram equilibrar suas propostas com as expectativas de um eleitorado que buscava não apenas crescimento, mas também a continuidade da estabilidade econômica.

Foi um pleito eleitoral que refletiu as transformações em curso no Brasil e deixou um impacto na política estadual, redefinindo o embate entre as forças políticas que emergiram em um novo cenário, reconfigurando as alianças e disputas políticas, com repercussão para as décadas seguintes.

A disputa pelo governo paranaense naquele ano não apenas espelhou as profundas transformações políticas e econômicas em curso

no Brasil durante a década, como também marcou um momento decisivo na reconfiguração do cenário político estadual. Inserida em um contexto de estabilização monetária nacional com a implementação do Plano Real, essa eleição representou um divisor de águas ao redefinir o embate entre as principais forças políticas do estado. A disputa eleitoral de 1994 deu visibilidade a novas dinâmicas de poder, refletindo tanto as tensões internas dos partidos quanto as pressões oriundas do contexto nacional de estabilização econômica e abertura política.

A eleição também demonstrou como os partidos e lideranças políticas do Paraná estavam se adaptando às mudanças estruturais do Brasil pós-ditadura e ao impacto das reformas neoliberais que começavam a ganhar força. Nesse novo cenário, as alianças políticas foram reorganizadas, impactando disputas subsequentes e estabelecendo novas coalizões de poder que reverberariam por décadas. O resultado das urnas, portanto, não apenas decidiu o futuro imediato do estado, mas teve consequências duradouras, influenciando as estratégias eleitorais e os alinhamentos políticos das décadas seguintes, à medida que o Paraná se consolidava como um espaço de renovação e adaptação no cenário político brasileiro.

Contexto político e social da eleição para governador no Paraná

No Paraná, as eleições de 1994 foram particularmente significativas devido à mudança no grupo político no comando estadual. Desde o início do processo de abertura política no Brasil, que marcou a transição da ditadura militar para o regime democrático, o estado vinha sendo administrado pelo PMD. Esse período foi simbolicamente inaugurado pelas eleições de 1982, quando o voto direto para o cargo de governador foi restabelecido, após um longo hiato iniciado com o regime autoritário instaurado em 1964. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação dos governos militares, obteve as indicações em eleições indiretas para governador de 1964 até o pleito de 1982.

Durante o processo de redemocratização, com a expansão das alianças locais e estruturação de diretórios em vários municípios, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) consolidou sua presença política, passando a exercer um papel central

na balança política do estado. A campanha eleitoral de 1994 foi marcada por debates intensos e pela presença de figuras políticas de destaque. A disputa entre Jaime Lerner e Álvaro Dias refletiu não apenas uma competição entre personalidades, mas também entre o alcance das alianças políticas para o estado (Oliveira, 2023).

Tabela 1 - Votos válidos por candidato e total de votos apurados na eleição de 1994 para governador do estado do Paraná, Brasil

Candidato(a) e coligação partidária	Votos	% dos votos válidos
JAIME LERNER (PDT, PTB, PSDB, PFL, PV)	2.070.970	54,85%
ALVARO DIAS (PP, PMDB, PPR, PMN)	1.455.648	38,55%
JORGE SAMEK (PT, PSB, PCdoB, PPS, PSTU)	159.221	4,22%
ROSEMERI KREDENS (PRN)	37.437	0,99%
JAIME KREUSCH (PRONA)	20.222	0,54%
JOSÉ ANTÔNIO CARDOSO (PL)	17.522	0,46%
ORLANDO KULKAMP (PSD)	14.809	0,39%
Total de votos válidos	3.775.829	79,59% dos votos apurados
Votos brancos	690.208	14,55% dos votos apurados
Votos nulos	277.767	5,86% dos votos apurados
Total de votos apurados	4.743.804	82,55% dos eleitores
Abstenções	1.002.593	17,45% dos eleitores
Total de eleitores	5.746.397	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ([s.d.]).

O Partido dos Trabalhadores (PT) apresentou como candidato o engenheiro agrônomo Jorge Samek, uma figura emergente no cenário político estadual, que se destacou por sua atuação em defesa dos trabalhadores e por sua ligação com movimentos sociais. Como mencionado anteriormente, a candidatura de Samek, em 1994, foi marcada por um discurso crítico ao Plano Real, uma vez que o PT,

sob a liderança nacional de Luiz Inácio Lula da Silva, denunciava os efeitos negativos do programa de estabilização econômica.

O candidato do PT ao governo do Paraná liderou uma coligação formada por partidos de esquerda e centro-esquerda, incluindo legendas como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), que compartilhavam a mesma crítica ao modelo econômico adotado pelo governo federal. Embora ideologicamente articulada em sua crítica, a aliança montada pelo PT no estado, enfrentou dificuldades em competir com o amplo apoio recebido pelo candidato Fernando Henrique e seus aliados no Paraná, como Jaime Lerner e Álvaro Dias, cujas campanhas se uniram à do candidato do PSDB à presidência em defesa do programa de estabilização econômica.

Os demais candidatos ao governo do estado naquele ano se lançaram sem coligações partidárias e tiveram votações pouco expressivas nos resultados finais.

Jaime Lerner e Álvaro Dias, ambos concorrentes com carreiras políticas já consolidadas, chegaram à disputa de 1994 por caminhos distintos. A trajetória política de Jaime Lerner está vinculada à cidade de Curitiba, onde exerceu o cargo de prefeito por três mandatos (1971-1974, 1979-1983 e 1989-1992).

Lerner iniciou sua carreira política no contexto do regime militar brasileiro, quando se filiou à ARENA, o partido de sustentação do governo militar. Durante esse período, foi nomeado por dois mandatos consecutivos como prefeito biônico de Curitiba, uma designação característica do regime, em que os governantes locais eram indicados, sem a necessidade de eleição direta, em sintonia com os interesses do governo federal.

Sua gestão na prefeitura da capital paranaense foi marcada pelas transformações que promoveu no urbanismo da cidade. A implementação de um sistema integrado de transporte público, com a criação dos corredores de ônibus expressos, e a inauguração de espaços arquitetônicos planejados, como os parques urbanos e os setores especiais de zoneamento, elevaram sua reputação como administrador. Essas iniciativas tornaram-se cartões-postais de Curitiba e serviram de inspiração para outras cidades ao redor do mundo, rendendo a Jaime Lerner amplo reconhecimento nacional e internacional na área de planejamento urbano (Oliveira, 2023).

Ao longo dos anos, Lerner foi consolidando uma imagem de gestor técnico eficiente, o que o destacou no cenário político curitibano. Com o fim do regime militar e a abertura política, que culminaram nas eleições diretas para prefeitos em 1988, Lerner retornou à prefeitura de Curitiba, desta vez por meio de eleição direta. Nesse momento, já havia deixado a ARENA, extinta com o fim do bipartidarismo da ditadura, e se filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola, principal herdeiro político do trabalhismo de Getúlio Vargas no cenário da redemocratização. A sua filiação ao PDT levou Lerner a ser identificado com um discurso de cunho mais popular e progressista, apesar de sua campanha eleitoral procurar manter o foco em promessas de modernização, eficiência administrativa e no planejamento urbano como eixos centrais de atuação pública.

Para ampliar sua presença no estado, Jaime Lerner teve, em sua chapa, como candidata a vice-governadora, a londrinense Emília Belinati, também filiada ao PDT. Na época, Emília era esposa de Antônio Belinati, prefeito da cidade de Londrina, então o segundo maior colégio eleitoral do estado, que tinha um histórico político na região norte do Estado desde o final dos anos 1960. Ele foi vereador, deputado e prefeito de Londrina por três mandatos, período em que ganhou fama, também, pela de realização de obras de habitação popular e reordenamento do espaço urbano da cidade. Para além da projeção do esposo, Emília Belinati possuía uma trajetória política própria, tendo ocupado vários cargos administrativos e sido eleita deputada estadual em 1990 pelo PDT, sendo a única presença feminina naquela legislatura. Emília agregava à chapa com Jaime Lerner a representatividade de outras regiões importantes do interior do Paraná, como se poderá observar mais adiante na análise da distribuição dos votos por município.

Por outro lado, Alvaro Dias construiu sua história política ao lado de José Richa, uma das principais lideranças do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição à ARENA, na época em que a ditadura militar permitia apenas o bipartidarismo. Ao longo dos anos 80 e 90, Álvaro Dias consolidou-se como uma figura de destaque no PMDB paranaense, partido herdeiro do MDB após a redemocratização. Com o retorno das eleições diretas para governadores, Dias foi eleito governador do Paraná em 1986 pelo PMDB, sucedendo o também peemedebista José Richa, político que

fez carreira na cidade de Londrina e havia enfrentado a oposição dos Belinati na cidade. O PMDB governava o estado desde o início da redemocratização em 1982 e permaneceu no controle do executivo estadual até a eleição de Jaime Lerner em 1994 (Oliveira, 2023).

A administração de Álvaro Dias como governador foi marcada por uma plataforma de desenvolvimento social e econômico, destacando-se por suas iniciativas voltadas à modernização da infraestrutura estadual. No entanto, no penúltimo ano do seu mandato, o governo Álvaro Dias ficou marcado por uma ação de repressão ao movimento de professores estaduais que reivindicavam melhorias salariais. O uso da política militar pelo governo para dissolver a manifestação de forma truculenta em 1988 foi bastante explorado durante a campanha de 1994 (Redação, 2018).

Álvaro Dias não concorreu pelo PMDB; foi candidato pelo então Partido Progressista (PP), legenda que ele ajudara a criar em busca de espaço político que acreditava estar sendo limitado pela direção nacional peemedebista, sobretudo em função da campanha de Ulysses Guimarães à presidência em 1989. Isso refletiu uma reorientação política em sua carreira, aproximando-o de setores mais conservadores e liberais da política nacional.

A presença de Jaime Lerner e Álvaro Dias nas eleições de 1994, no Paraná, ambos apoiadores da candidatura de Fernando Henrique Cardoso à presidência, teve implicações profundas no cenário estadual. A filiação anterior de Lerner à ARENA e sua experiência como prefeito em tempos de ditadura contrastavam com o passado oposicionista de Álvaro Dias, que havia iniciado sua carreira ao lado de José Richa, um dos líderes do MDB. Essa convergência política momentânea, em apoio ao Plano Real e à candidatura de Fernando Henrique, trouxe à tona um cenário em que antigos antagonismos ideológicos e partidários foram ofuscados pela necessidade de alavancar um projeto de estabilização econômica e modernização administrativa, tanto no âmbito federal quanto estadual.

No entanto, as trajetórias políticas distintas dos dois candidatos ao governo do Paraná, em 1994, também refletiam as diferenças nas bases eleitorais e nas expectativas dos eleitores. Lerner, com sua reputação de gestor técnico e sua associação ao desenvolvimento urbano de Curitiba, conquistou o apoio de setores empresariais e da classe média urbana, enquanto Álvaro Dias, com sua trajetória anterior no PMDB, manteve uma base eleitoral mais ampla, incluindo

setores mais tradicionais e eleitores do interior do estado. Além disso, a postura de ambos em relação ao Plano Real, a principal bandeira de Fernando Henrique Cardoso naquele pleito, também foi decisiva. Ambos defenderam a estabilização econômica trazida pelo plano, reconhecendo a importância de um ambiente econômico estável para o desenvolvimento do estado e a atração de investimentos.

Embora ambos compartilhassem o palanque de Fernando Henrique, as implicações de suas biografias e suas trajetórias anteriores continuaram a influenciar a dinâmica eleitoral, levando em consideração as diversas demandas e expectativas do eleitorado paranaense, que buscava tanto estabilidade econômica quanto continuidade administrativa. Vale destacar ainda, que, no caso de Jaime Lerner, essa costura política entre o plano estadual e a vinculação à campanha presidencial era mais delicada, uma vez que o líder do seu partido naquele momento, Leonel Brizola, nome histórico e fundador do PDT, também era candidato à presidente e fez sua campanha como opositor tanto ao Plano Real quanto aos projetos de privatização de empresas públicas defendidos pelo PSDB e o PFL.

Jaime Lerner, candidato ao governo do estado pelo PDT, anunciou seu apoio à candidatura à presidente de Brizola, mas costurou uma aliança com PSDB e o PFL, defendeu o Plano Real e procurou associar-se à campanha de Fernando Henrique Cardoso em seus comícios pelos municípios paranaenses. O fato de dois políticos com trajetórias diferentes, Lerner e Álvaro Dias, em disputa para o cargo de governador estadual, e defenderem a mesma aliança no plano nacional – isto é, a defesa do Plano Real e o apoio ao candidato Fernando Henrique Cardoso – ilustra a complexidade das alianças políticas naquele período de transição econômica e política no Brasil.

Especificidades das eleições de 1994: aspectos político-institucionais e demográficos

Antes de nos aventurarmos pela cartografia dos resultados eleitorais para governador no estado Paraná, em 1994, chamaremos a atenção para alguns aspectos político-institucionais e legais vigentes nas décadas de 1980 e 1990, que enriquecem o conhecimento do contexto no qual o pleito eleitoral em estudo se desenvolve.

Nesse sentido, um primeiro aspecto a ser destacado é que, em 1994, aconteceu a segunda eleição para governador no contexto posterior à Constituição Federal de 1988 e, portanto, um segundo pleito eleitoral com direito de voto estendido, não obrigatório, para população analfabeta e para os jovens de 16 e 17 anos.

Embora os dados disponibilizados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não permitam detalhar, para o ano de 1994, o perfil etário do eleitorado, é possível dimensionar o impacto da extensão do direito de voto a partir de 1988, comparando o peso do eleitorado (ou população apta a votar) de 1986 com o de 1994.

Tabela 2 - Eleitorado e população total estimada, Brasil e Paraná, 1986 e 1994

Eleitorado e população estimada	1986		1994	
BRASIL				
eleitorado	69.307.990	52%	94.698.494	62%
população total estimada	134.228.492	100%	153.726.463	100,0%
PARANÁ				
eleitorado	4.316.029	53%	5.746.397	66%
População total estimada	8.077.759	100,0%	8.651.101	100,0%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ([s.d.]).

Elaboração: Populações e Dinâmica Social (UEL) (2025).

Considerando os dados do Tabela 2, observa-se que, em 1986, o eleitorado nacional correspondia a 52% da população estimada para aquele ano. Em 1994, passados seis anos da promulgação da Constituição de 1988, o peso do eleitorado nacional passa a 62%, avançando dez pontos percentuais em relação à última eleição antes da mudança constitucional.

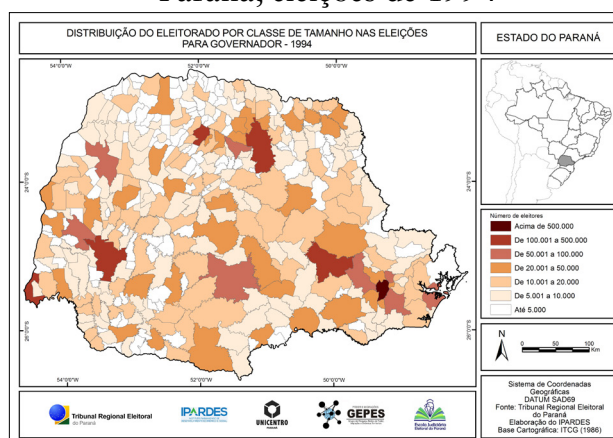
Quando olhamos para o Paraná, os números são mais surpreendentes: de 53% do total populacional, o eleitorado do estado alcança 66%, crescendo treze pontos percentuais no período. Ou seja, após 1988, as eleições passaram a contar

³ Em 1994, realizaram-se também eleições para presidente, senador, deputado federal e deputado estadual.

com uma dimensão social ampliada, expressa, por um lado, pela inclusão de um segmento da população até então alijado do exercício do voto, constituído pela população analfabeta que, de acordo com o censo demográfico de 1991, compreendia cerca de 19,2 milhões de pessoas com 15 anos ou mais (13% da população total do país). Por outro lado, pela redução da idade mínima para votar, passando a incluir, embora com voto facultativo, jovens de 16 e 17 anos como eleitores, com demandas e interesses específicos.

Esse aspecto pode ser complementado pelo mapa de distribuição do eleitorado do estado do Paraná, por municípios.

Figura 1 - Distribuição do eleitorado por classe de tamanho, Paraná, eleições de 1994



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). Organização: IPARDES (2024)

O segundo aspecto destacado nesse contexto refere-se ao sistema pluripartidário de partidos políticos adotado no Brasil. Embora o pluripartidarismo não se constitua numa novidade no país, tendo estado vigente em contextos políticos anteriores, como no período 1945-1967 (Fleischer, 1981), ele assume proporção e significados novos a partir da reta final da ditadura militar. Restaurado em 1979, com a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, o pluripartidarismo passa a caracterizar os processos eleitorais de forma mais tímida a partir das eleições governamentais de 1982, mas assume níveis elevados no contexto da Nova República.

Tomando-se os dados disponibilizados pelo TSE, em 1982, cinco partidos políticos participaram dos pleitos eleitorais. Já em 1994, mais de 20 partidos políticos entraram na disputa, de forma coligada ou isolada, pelos cargos para presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual, nas mais diferentes combinações, em todo o território nacional.

Assim, tendo assumido, no início da década de 1980, entre os diferentes significados, o de reação e distanciamento do contexto político da ditadura militar, o pluripartidarismo, na Nova República, passa a ser entendido de outra forma, constituindo-se em um dos desafios à governabilidade dos governos constituídos e em uma das causas da instabilidade do próprio sistema partidário, especialmente no que se refere ao seu papel na fragmentação partidária (Rodrigues 1995).

O terceiro aspecto político-institucional a ser destacado refere-se à condição de eleições “casadas”, que passam a revestir os pleitos eleitorais a partir de 1994, com a decisão da legislação eleitoral pela concomitância da realização de eleições para os cargos executivos e legislativos, tanto na esfera federal quanto na estadual. Isso contribuiu para que as questões e a dinâmica das disputas nacionais, em certa medida, conformassem e/ou influenciassem a dinâmica das disputas nos estados.

Nas eleições de 1994, uma das formas que essa influência assumiu deu-se pela implementação do Plano Real, ao longo do ano eleitoral. Indubitavelmente, o tema que balizou a disputa presidencial, conforme sinalizado por alguns estudos (Mendes; Venturi, 1994; Figueired, 1998; Porto, Guazina, 1999; Frietas, 2018; Brumes *et al.*, 2022), foi o debate sobre o possível sucesso no novo plano econômico, que permeou as instâncias estaduais, contribuindo para que a avaliação e o posicionamento em relação ao Plano figurasse entre as principais questões nas disputas para governador.

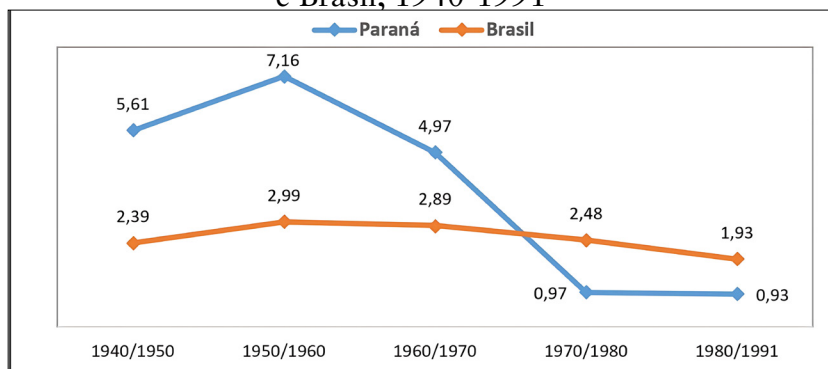
Nas eleições no Paraná, a incorporação desse debate assumiu contornos peculiares, uma vez que, como visto anteriormente, os dois principais candidatos – Álvaro Dias (PP) e Jaime Lerner (PDT) –, além do governo do estado, disputaram também a presença de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) – com quem o Plano Real é diretamente identificado – em seus respectivos palanques. Isso sinalizou, quanto aos dois candidatos, não somente o desejo do apoio eleitoral de FHC, mas também o posicionamento favorável ao Plano, o que significou, no caso de Lerner, contrariar o posicionamento de Leonel Brizola,

presidente do partido e candidato do PDT, na disputa presidencial (Santanna, 1994).

Além disso, a condição de eleições “casadas” do pleito de 1994 constituiu algo negativo na perspectiva estadual, uma vez que a disputa presidencial concentrou para si os recursos, o tempo no horário gratuito e a visibilidade nos noticiários de TV, ofuscando as disputas pelos executivos estaduais. No entanto, essa sobreposição da disputa presidencial sobre as disputas para governador não foi o suficiente para garantir que se replicassem nos estados, nem que as alianças partidárias feitas no plano nacional, nem o enfrentamento entre as duas principais coligações, encabeçadas pelo PSDB, de um lado, e pelo PT, de outro (Rossi, 1994a, 1994b). Essa situação proporcionada pela concomitância das eleições para presidente e para governadores de estado perdurou nos pleitos posteriores aos de 1994, constituindo um elemento balizador da avaliação do desempenho eleitoral dos partidos e coligações.

Quanto aos aspectos demográficos, naquele momento, era recente a realização e a divulgação dos resultados do censo demográfico de 1991, que revelou uma população de cerca de 146,8 milhões de pessoas no país, sendo que, no Paraná, a população passou de 8,4 milhões de habitantes. Embora a população do país como um todo tenha crescido em relação ao censo anterior, esse incremento ocorreu num ritmo mais lento, em função de taxas decrescentes de crescimento, desde a década de 1970, em função, principalmente, da redução da fecundidade no país (Carvalho, 2023). Os dados do Gráfico 1 ilustram esse cenário demográfico do estado do Paraná.

Gráfico 1 - Taxas anuais de crescimento da população, Paraná e Brasil, 1940-1991



Fonte: Censos demográficos de 1940 a 1991 (IBGE). Elaborado a partir de Magalhães; Cintra (2010).

O primeiro aspecto que chama a atenção refere-se ao declínio contínuo das taxas de crescimento populacional, iniciado na década de 1950, com intensidades bastante diferenciadas entre a evolução das taxas para o país, que apresentou uma redução paulatina, e as taxas para o Paraná, cuja redução aconteceu de forma abrupta até a década de 1970. Esse decréscimo no ritmo de crescimento populacional está relacionado, em grande parte, à queda da fecundidade, bastante acentuada ao longo da segunda metade do século XX. Para se ter uma dimensão da transição da fecundidade no país, o Brasil passou de um nível de fecundidade de 6 filhos por mulher, na década de 1960, para 2,9 filhos por mulher, na década de 1980, ao passo que o Paraná apresentava uma média de 6,3 filhos por mulher, na década de 1960, e chegou a 2,7 filhos por mulher, na década de 1980 (Magalhães; Cintra, 2010).

Comparando a evolução das taxas de crescimento populacional do Paraná com a das taxas do país, destaca-se que as do Paraná estiveram acima das taxas nacionais durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, em função não somente do crescimento vegetativo da população, mas também dos movimentos migratórios, principalmente internos, em direção ao estado. Nas décadas de 1970 e 1980, a relação entre as taxas se inverteu e o Paraná continuou crescendo positivamente, mas com taxas de crescimento abaixo daquelas registradas para o país, resultado da combinação entre redução da fecundidade e um movimento migratório mais expressivo de saída para outros estados do que de entrada, em função do esgotamento da fronteira agrícola no Paraná e da maior atratividade das atividades industriais e de serviços, especialmente no estado de São Paulo.

Quanto à redistribuição populacional do estado, a partir dos dados do censo de 1991, observa-se que o Paraná apresentou trocas migratórias interestaduais negativas, o que significa que, ao longo da década de 1980, mais pessoas saíram do Paraná do que chegaram. Além disso, considerando os movimentos migratórios intraestaduais, observa-se que, com exceção da região Metropolitana de Curitiba e da região do Norte Central, que registraram saldo migratório positivo, todas as demais regiões paranaenses apresentaram saldo migratório

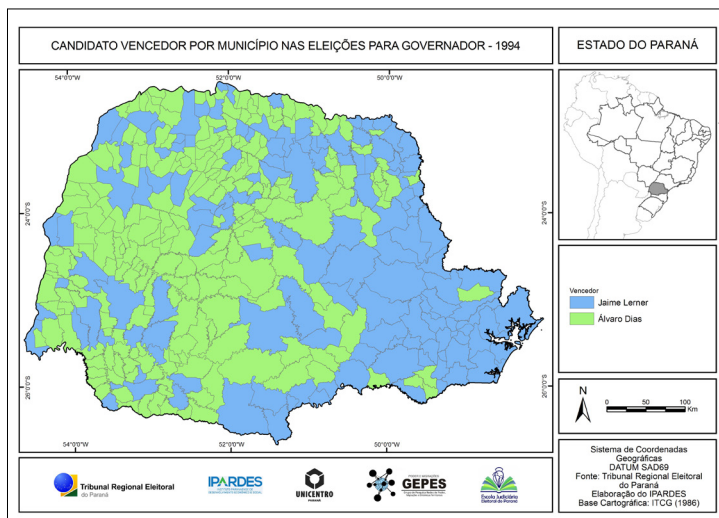
negativo, ou seja, perderam mais população do que receberam (Magalhães; Cintra, 2010).

Embora o saldo migratório positivo da migração interestadual, no período 1980-1991, já não constitua um fator significativo do crescimento populacional do Paraná, como nas décadas anteriores, os movimentos populacionais intraestaduais representam um importante fator de redistribuição populacional entre as diferentes regiões do estado. Esses movimentos desempenharam um papel relevante nas taxas positivas de crescimento populacional de vários municípios paranaenses, especialmente aqueles que se tornaram destinos das migrações intraestaduais. Nesse sentido, considerando os dados populacionais do censo de 1991, observamos que o município da capital, municípios próximos à capital e municípios sede regiões apresentaram taxas de crescimento acima da média estadual no período 1980-1991. Esses são os municípios mais populosos do estado que farão a diferença nas eleições de 1994, como veremos na próxima seção.

Cartografia do desempenho eleitoral dos candidatos a governador do Paraná

A peculiaridade das eleições de 1994 para governador do estado do Paraná reside na disputa acirrada entre os dois principais candidatos: Jaime Lerner (PDT), 54,8% dos votos válidos, e Álvaro Dias (PP), com 38,5%. De acordo com a imprensa da época, eles disputavam os votos do eleitorado palmo a palmo, alternando posições e aparecendo tecnicamente empatados nas pesquisas eleitorais (Santanna, 1994). Embora, em 1994, sete candidatos tenham concorrido ao governo do Paraná, como mostrado anteriormente na Tabela 1, Lerner e Dias, juntos, somaram cerca de 93% dos votos, o que os torna os principais protagonistas dessas eleições.

Figura 2 - Candidato vencedor por município, Paraná, eleições de 1994

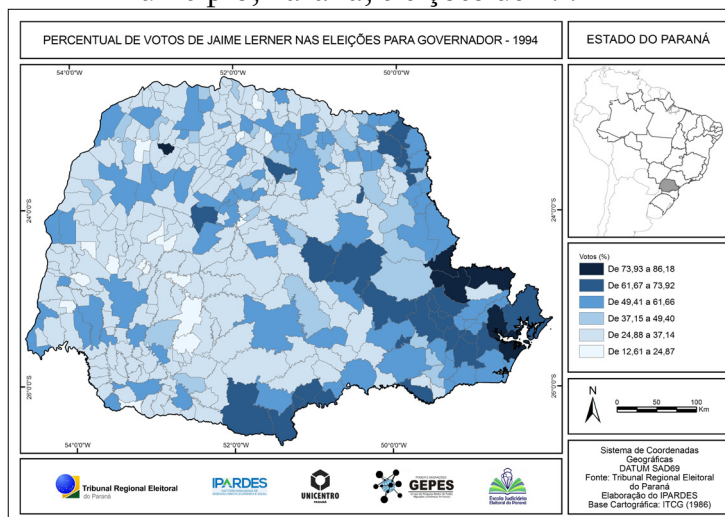


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR); Organização: IPARDES (2024).

A primeira impressão proporcionada pela Figura 2 é de uma certa equiparação dos municípios do estado entre os dois primeiros candidatos. Considerando os dados eleitorais por município, observa-se que, nas eleições para governador de 1994, o candidato Álvaro Dias obteve 50% ou mais de votos em 199 dos 371 municípios então existentes no estado, enquanto Jaime Lerner obteve 50% ou mais de votos em 111 municípios.

No entanto, houve uma diferença fundamental entre os dois candidatos: enquanto a vitória de Dias ocorreu, na sua totalidade, em municípios de médio e pequeno porte populacional, os municípios nos quais houve a vitória de Lerner, compreenderam os municípios com maior população do estado, entre eles, Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, entre outros. Somente em Curitiba, por exemplo, onde Lerner construiu sua trajetória política e que concentra 16% do eleitorado paranaense, o candidato obteve 73% dos votos válidos, enquanto Álvaro Dias obteve 20%

Figura 3 - Percentual dos votos em Jaime Lerner, por município, Paraná, eleições de 1994

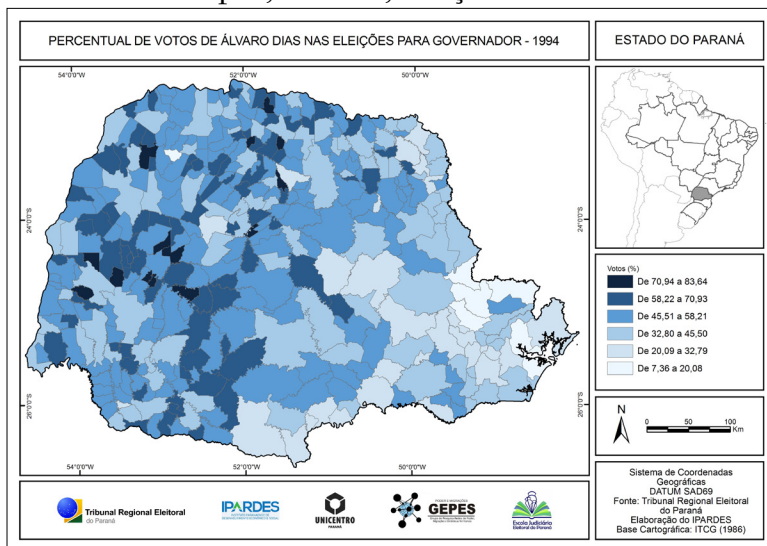


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR); Organização: IPARDES (2024).

Tomando os percentuais de votos nos municípios do estado, recebidos pelo candidato vencedor na disputa a governador, Jaime Lerner (PDT), ilustrado pela Figura 3, observa-se que os valores variaram entre 13% e 86%, sendo que os maiores percentuais, acima de 49%, concentraram-se na porção sudeste do estado, onde se localizam a região de Curitiba e o litoral, com registros também na porção sul e centro-sul, norte, noroeste e oeste do território.

Como já apontado anteriormente, os municípios com maior população e, conseqüentemente, com maior eleitorado, apresentaram votação superior a 50% no candidato pedetista, o que, sem dúvida, garantiu a vitória de Lerner já no primeiro turno. Entre esses municípios, destacam-se Curitiba, São José dos Pinhais, Piraquara e Paranaguá, na região Metropolitana de Curitiba, Londrina e Maringá, no Norte Central, Ponta Grossa, na região Centro-Occidental, Guarapuava, na região Centro-Sul, Cascavel e Foz do Iguaçu, na região Oeste, e Umuarama e Paranavaí, na região Noroeste.

Figura 4 - Percentual dos votos em Álvaro Dias, por município, Paraná, eleições de 1994

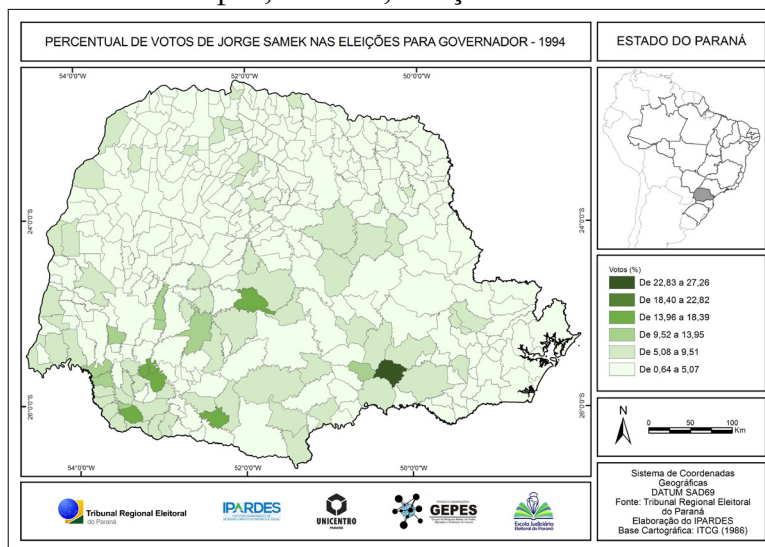


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR); Organização: IPARDES (2024).

Considerando os percentuais de votos por município no candidato Álvaro Dias (PP), conforme ilustrado pela Figura 4, destacamos, primeiramente, que os percentuais recebidos variaram entre 7% e 84%, sendo que os maiores percentuais, acima de 45%, ficaram concentrados em municípios situados nas porções norte, noroeste, oeste, central e sudoeste do território.

Conforme já destacado anteriormente, embora a votação superior a 50% no candidato tenha ocorrido em 199 municípios (54% do total de municípios), trata-se de municípios de médio e pequeno porte populacional e, consequentemente, de eleitorado. Dentre os municípios com maior população, destacaram-se Pitanga, na região Centro-Sul, Ivaiporã e Sarandi, na região Norte Central, e Marechal Cândido Rondon e Assis Chateaubriand, na região Oeste, com populações que variaram entre 40 mil e 65 mil habitantes.

Figura 5 - Percentual dos votos em Jorge Samek, por município, Paraná, eleições de 1994



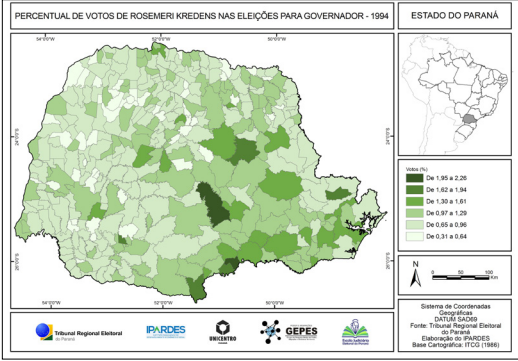
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR); Organização: IPARDES (2024).

Como já apresentado no início do estudo, o terceiro colocado na disputa pelo governo do estado foi Jorge Samek (PT), cuja candidatura, alinhando-se ao posicionamento nacional do partido, se constituiu como oposição e crítica ao Plano Real e à sua vinculação a Fernando Henrique Cardoso. Samek recebeu 4,2% do total dos votos válidos.

De acordo com as informações da Figura 5, o percentual de votos por município em Jorge Samek variou entre 0,6% e 27%, sendo que os municípios com as maiores votações (entre 14% e 27%) eram, em grande parte, de pequeno porte populacional, e se concentraram na porção sul do território. Entre os municípios com maiores votações, destacam-se Dois Vizinhos e Cruzeiro do Iguaçu, na região Sudoeste, São João do Triunfo, na região Sudeste, e Honório Serpa, na região Centro-Sul.

A quarta colocada na disputa eleitoral para o executivo estadual foi a candidata Rosemeri Kredens (PRN), que recebeu 0,99% dos votos válidos. Conforme as informações apresentadas na Figura 6, os percentuais de votos recebidos pela candidata, por município, variaram entre 0,3% e 2,7%.

Figura 6 - Percentual dos votos em Rosemeri Kredens, por município, Paraná, eleições de 1994

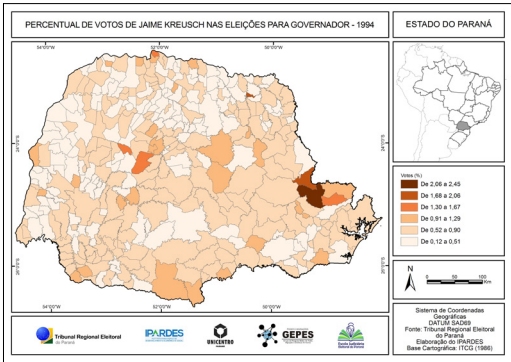


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR); Organização: IPARDES (2024).

Os maiores percentuais de votos na candidata Rosemeri Kredens concentraram-se nas porções centro e sul do território, na maioria, em municípios de pequeno porte populacional. Entre os municípios com maiores percentuais de voto, destacaram-se Prudentópolis e Paulo Frontim, na região Sudeste, e Tunas do Paraná, na região Metropolitana de Curitiba.

Jaime Kreusch, candidato pelo PRONA, por sua vez, ficou em quinto lugar na disputa pelo governo do estado do Paraná, recebendo 0,54% do total dos votos válidos. De acordo com as informações apresentadas na Figura 7, os percentuais de votos recebidos pelo candidato, nos municípios, variaram entre 0,12% e 2,5%, em municípios de baixo porte populacional.

Figura 7 - Percentual dos votos em Jaime Kreusch, por município, Paraná, eleições de 1994

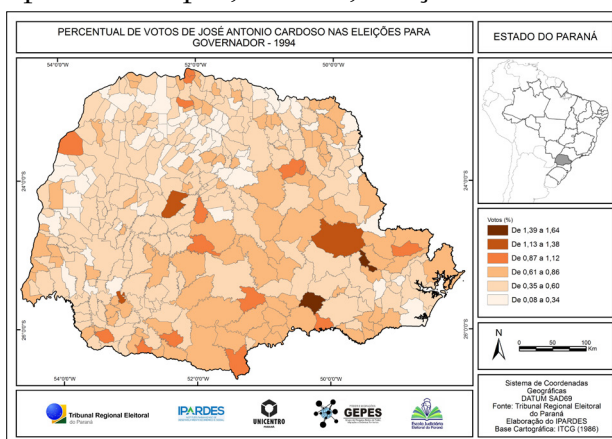


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR); Organização: IPARDES (2024).

Os maiores percentuais de voto no candidato Jaime Kreusch concentraram-se na porção centro-oriental do território, com registros também nas porções norte e centro-occidental. Entre os municípios com maiores percentuais de voto, destacaram-se Cerro Azul e Doutor Ulisses, na região Metropolitana de Curitiba, Santa Amélia, na região Norte Pioneiro, e Luiziana, na região Centro-Occidental.

O sexto colocado na disputa eleitoral no Paraná foi o candidato José Antônio Cardoso (PL), que recebeu 0,46% do total dos votos válidos. Conforme a Figura 8, os percentuais de votos recebidos pelo candidato, por município, variaram entre 0,08% e 1,6%, na sua grande maioria, em municípios de pequeno porte populacional.

Figura 8 - Percentual dos votos em José Antônio Cardoso, por município, Paraná, eleições de 1994



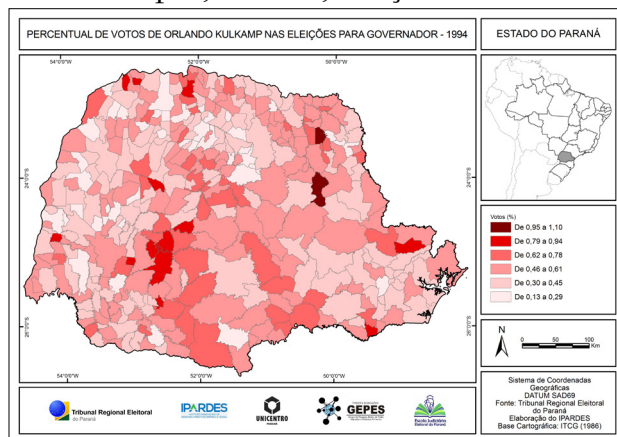
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR); Organização: IPARDES (2024).

Os maiores percentuais de voto no candidato José Antônio Cardoso se distribuíram nas porções centro-oriental, sul, norte, central e oeste do território. Entre os municípios com maiores percentuais, destacaram-se Castro, na região Centro-Oriental, Itaperuçu, na região Metropolitana de Curitiba, São João do Triunfo e General Carneiro, na região Sudeste.

A sétima e última posição na corrida pelo executivo estadual foi representada por Orlando Kulkamp, candidato pelo PSD, que recebeu 0,39% dos votos válidos. De acordo com a Figura

9, os percentuais de votos recebidos pelo candidato variaram entre 0,13% e 1,10%, concentrados em municípios de pequeno porte populacional.

Figura 9 - Percentual de votos em Orlando Kulkamp, por município, Paraná, eleições de 1994



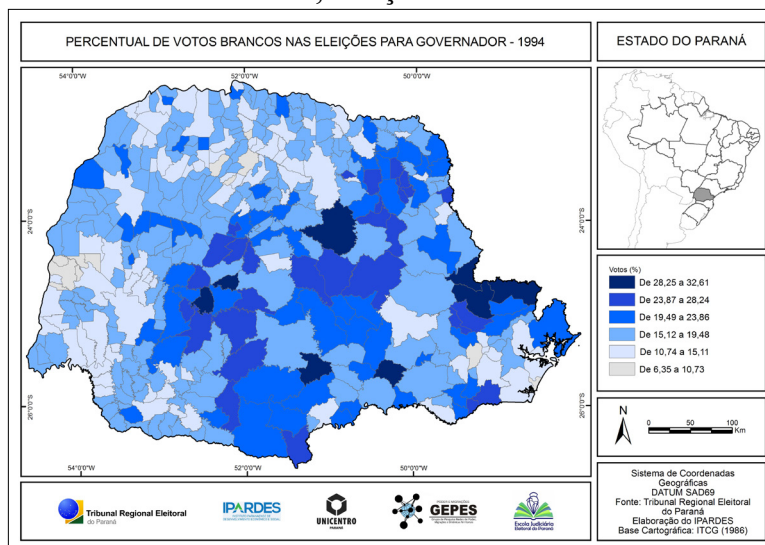
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR); Organização: IPARDES (2024).

Os maiores percentuais de voto no candidato Orlando Kulkamp também se distribuíram nas porções centro-oriental, norte, central e oeste do território. Entre os municípios com maiores percentuais, destacam-se Ventania, na região Centro-Oriental, Jundiaí do Sul, na região Norte Pioneiro, Itaúna do Sul e Marilena, na região Noroeste, e Mato Rico, na região Centro-Sul.

Na sequência, abordaremos a distribuição dos votos brancos e nulos e das abstenções nas eleições para governador do Paraná, de 1994, que, diferentemente dos votos depositados nos diferentes candidatos, revelam a apatia, descontentamento e a desconfiança dos eleitores em relação à própria dinâmica político-eleitoral.

Com relação aos votos brancos, destacamos que eles somaram 14,5% do total dos votos registrados no Paraná, em 1994, representando um aumento de 20% em comparação com as eleições para governador de 1990, quando os votos brancos somaram 12% do total dos votos.

Figura 10 - Percentual de votos brancos, por município, Paraná, eleições de 1994

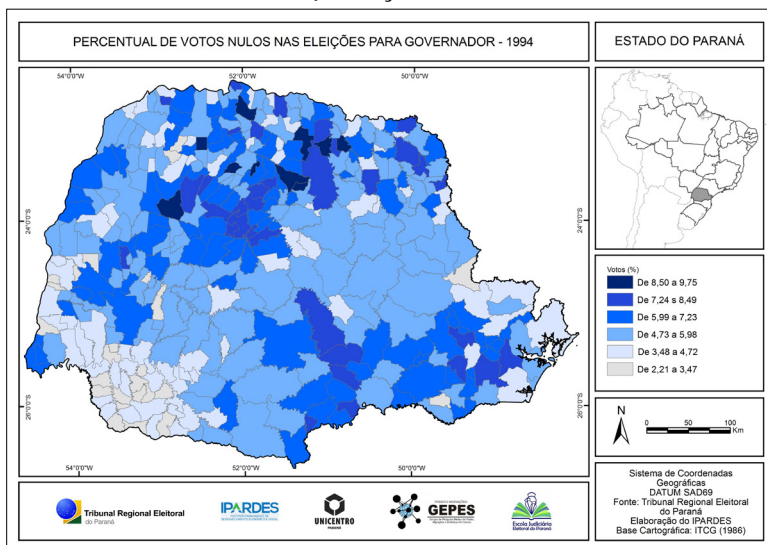


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR); Organização: IPARDES (2024).

Considerando as informações apresentadas na Figura 10, observamos que os percentuais de votos brancos, por município, variaram entre 6,4% e 32,6%, sendo que os maiores percentuais se concentraram entre as porções central, centro-oriental, sul e norte do território. Entre os municípios com maior percentual de votos brancos, destacam-se São João do Triunfo, na região Sudeste, Cerro Azul, Doutor Ulisses e Adrianópolis, na região Metropolitana de Curitiba, Ortigueira, na região Centro-Oriental, e Laranjal, na região Centro-Sul.

Quanto aos votos nulos, destacamos que, nas eleições para governador de 1994, eles representaram somente 6% do total dos votos, o que representa uma redução de 64% em comparação com as eleições de 1990, que registraram 16,5% de votos nulos no total de votos do pleito.

Figura 11 - Percentual de votos nulos, por município, Paraná, eleições de 1994



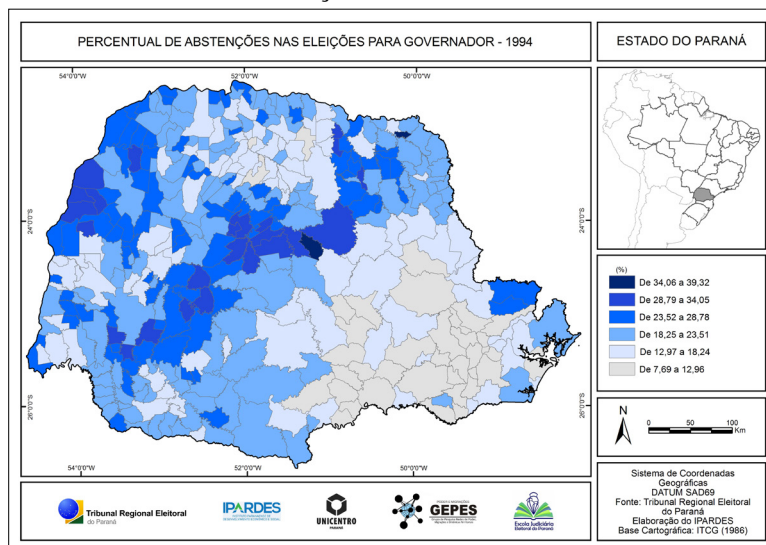
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR); Organização: IPARDES (2024).

Analisando a distribuição dos percentuais de votos nulos nos municípios do estado, ilustrada pela Figura 11, observamos, primeiramente, que os percentuais variaram entre 2,2% e 9,7%. Os maiores percentuais foram registrados em municípios situados nas porções norte, oeste, sudoeste e sul do território.

Entre os municípios com maiores índices de votos nulos, destacamos Apucarana, Ibiporã, Cambé e Sarandi, na região Norte Central, Uraí e Joaquim Távora, na região Norte Pioneiro, Irati e Paulo Frontin, na região Sudeste, e Almirante Tamandaré e São José dos Pinhais, na região Metropolitana de Curitiba.

Por fim, o nível de abstenção nas eleições de 1994 chegou a 17,5% do total do eleitorado do estado, correspondendo a um aumento de 23% em relação às eleições de 1990, que registraram uma abstenção na ordem de 14%.

Figura 12 - Percentual de abstenções por município, Paraná, eleições de 1994



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR); Organização: IPARDES (2024).

Tomando as informações apresentadas na Figura 12, observamos que os percentuais de abstenção nos municípios variaram entre 7,7% e 39,2%, sendo que os maiores percentuais foram registrados em municípios situados nas porções oeste, norte, e centro-oeste do território.

Entre os municípios com maiores níveis de abstenção, destacam-se Catanduvas, Diamante do Sul e Boa Vista da Aparecida, na região Oeste, Corumbataí do Sul e Iretama, na região Centro-Ocidental, Alto Paraíso e Douradina, na região Noroeste, Rosário do Ivaí, na região Norte Central, e Rancho Alegre e Barra do Jacaré (maior porcentagem de abstenção), na região Norte Pioneiro.

Considerações finais

Como se pode observar, a disputa para governador no Paraná, em 1994, representou um marco importante na política estadual, caracterizando uma mudança significativa na dinâmica de poder local com a vitória de Jaime Lerner e Emília Belinati. Até aquele momento, o estado vinha sendo governado pelo PMDB,

que havia consolidado sua posição desde o início da redemocratização, em 1982, com governadores como José Richa, Álvaro Dias e Roberto Requião. A eleição de Lerner e Emília, pelo PDT em aliança com o PSDB, PFL e o PTB, marcou a ruptura da continuidade do PMDB no governo estadual, inaugurando uma nova fase na política paranaense.

As eleições de 1994 ocorreram em um contexto de transformações políticas e econômicas no país, refletindo mudanças no horizonte econômico nacional e internacional. A implementação do Plano Real, que estabilizou a economia brasileira após um longo período de hiperinflação, foi central nas campanhas eleitorais em todo o Brasil. No Paraná, os dois principais candidatos em disputa, Jaime Lerner e Álvaro Dias, ainda que representassem trajetórias políticas e grupos locais distintos, buscaram associar suas candidaturas à expectativa de sucesso do plano econômico.

A coalizão de forças que levou Lerner e Emília Belinati ao governo indicou uma reorganização das forças políticas, refletindo um realinhamento entre partidos de diferentes espectros ideológicos no plano estadual e nacional, como o PDT, o PSDB e o PFL, mas que se uniram em torno de um projeto de eleição para o estado. Essa articulação estadual teve êxito nas regiões com maior peso eleitoral, como se pode observar na análise dos dados eleitorais espacialmente distribuídos por municípios do Paraná. A eleição de 1994 para governador no Paraná inaugurou um novo momento na dinâmica estadual, com o resultado da reconfiguração das alianças e a reorientação dos projetos para a política paranaense.

REFERÊNCIAS

- BRUMES, K.R.; SILVA, R.C.; PINTO, S.R.A. *Eleições presidenciais de 1994 no estado do Paraná*. Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política, Curitiba, v. 11, n. 4, p. 1-32, 2022.
- CARVALHO, Fábio (locutor). CENSO de 1991 – O primeiro censo adiado. In: Censos do Brasil – IBGE. [S. l.], mai. 2023. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2TuMKYy3xOFUOiAe1VLK1a?si=98e-a694d93774192>. Acesso: 10 out. 2024.
- FIGUEIREDO, R.R. *Mídia e eleições: cobertura jornalística da campanha presidencial de 1994*. Opinião Pública, Campinas, v.5, n.1, p. 72-89, novembro, 1998.
- FLEISCHER, D.V. *O pluripartidarismo no Brasil: dimensões socioeconômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967*. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, 24(1), pp.49-75, 1981.
- FREITAS, F.C. *O primeiro grande antagonismo entre PSDB e PT*. Opinião Pública, Campinas, v.24, n.3, p. 547-595, set-dez, 2018.
- MAGALHÃES, M.V; CINTRA, A.P.U. *Dinâmica demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios*. Nota Técnica IPARDES, n.14, Curitiba, p. 1-38, 2010.
- MENDES, A.M.T.; VENTURI, G. *Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco*. Opinião Pública, Campinas, v.2 n.2, p. 59-72, dezembro de 1994.
- OLIVEIRA, M.R. *O Paraná na redemocratização dos anos 80: cenário político, inovação dos discursos e incorporação de novos agentes*. Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v.9, n.1, p. 1-15, junho de 2023.
- PORTO, M.P.; GUAZINA, L.S. *A política na TV: o horário eleitoral da eleição presidencial de 1994*. Revista Contracampo, v.3, n.3, p. 5-33, 1999.
- REDAÇÃO. ReVEJA: Alvaro Dias, em 1989, comandava Estado 'campeão de fatura'. Veja, 22 jun. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/>

reveja/reveja-alvaro-dias-em-1989-comandava-estado-campeao-de-fartura/. Acesso em: 30/09/2024.

RODRIGUES, L.M. *Eleições, fragmentação partidária e governabilidade*. *Novos Estudos*, São Paulo, n.41, pp. 78-90, mar. 1995.

ROSSI, C. *Eleição “adúltera” dissolve partidos*. Folha de São Paulo. São Paulo, 7 ago. 1994a. Especial.

ROSSI, C. *Apuração confirma que eleição casada se transforma em “adúltera”*. Folha de São Paulo. São Paulo, 17 out. 1994b. Brasil.

SANTANNA, M. *Disputa no Paraná resvala na baixaria*. Folha de São Paulo. São Paulo, 11 set. 1994. Especial.